

ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA E POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO

Eduardo Girão Santiago*

Texto apresentado na I Conferência Estadual de Economia Solidária, realizada em Fortaleza.

A Organização Internacional do Trabalho – OIT, em seu último boletim anual descortina um cenário nada alentador. Cerca de um bilhão de seres humanos estão na condição de desemprego ou precariamente inseridos no mercado de trabalho. Este cenário sobre o mundo do trabalho, com a cadência do crescimento econômico mundial não bastará para gerar 500 milhões de novos postos de trabalho para o ano 2015 e reduzir à metade o desemprego atual.

O Diretor Geral da OIT, Juan Somavía, em recente conferência nas Nações Unidas (Dezembro de 2005) demonstrou a sua inquietação perante um quadro onde, por um lado, indicava um razoável crescimento econômico mundial de 5,1% e um frustrante e tímido incremento de apenas 1,8% no número de pessoas empregadas. Nada indica, portanto, que, hoje esta situação se mova para melhores condições.

Este cenário apenas confirma quadros teóricos de referência que traduzem a plena vigência de um modelo de acumulação flexível de capital, posto em prática nas últimas duas décadas do século XX. Na visão de David Harvey, por exemplo, isso culminou com a supervalorização do capital, com o aumento do tempo de giro deste capital, implicando na redução drástica dos empregos tradicionais, no aumento do auto-emprego, no imperativo da competitividade, na adoção compulsória do

empreendedorismo e do individualismo, enfeixando um conjunto de ações compatíveis com o império do capitalismo financeiro liberal, lastreado, atualmente, na veloz e incessante revolução da tecnologia e do conhecimento.

Todo esse quadro aqui emoldurado aponta para uma era de incertezas e para a rápida e constante quebra de paradigmas em todos os quadrantes da vida. Isto tem muito a ver com a “destruição criadora”, com as inovações tecnológicas permanentes, com as novas formas de gestão e com os novos hábitos de consumo, enquanto atributos schumpeterianos.

O que importa hoje é o “ser empreendedor” atuando nas racionais formas de acumulação flexível do capital. Quanto ao ser humano, cabe flutuar na vida à deriva.

Os nossos ancestrais sempre viveram alguns contextos históricos marcados pela incerteza, como guerras, pestes, fome, crises econômicas e outros infortúnios temporários. O inusitado, agora, segundo Richard Sennett é que “o singular na incerteza hoje é que ela existe sem qualquer desastre histórico iminente; ao contrário, está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo”.

A instabilidade pretende ser o normal porque o empresário de Schumpeter aparece como o Homem Comum Ideal. Talvez, a corrosão de caracteres seja consequência inevitável. Não há mais longo prazo desorienta a ação em longo prazo, afrouxa os laços de confiança e compromisso e divorcia a vontade do comportamento”.

A despeito de tudo isso, a reação cidadã dos povos não dorme. Davos, Seattle, Nova York, Gênova, Índia, Porto Alegre e tudo o mais que virá se constituem fóruns mundiais que bradam a utopia possível: “Um outro mundo é possível”, “Uma nova economia é possível”, ou ainda, é possível acreditar no movimento da Economia Solidária. Uma economia que, segundo Motchane, tem raízes profundas na idade Média, portanto, não é fenômeno novo e nem modismo. Por volta do século XIII, as guildas,

confrarias e corporações de ofícios constituíram formas remotas de organização do trabalho solidário. Estas formas de organização não causaram inconvenientes enquanto os ofícios possuíam caráter comunal. Enquanto artesãos e mercadores tiveram exclusividade como clientes apenas os habitantes das nascentes urbes ou de seus arredores imediatos, isto é, enquanto o mercado foi principalmente local, o corpo de ofícios, com a sua organização local, supriu todas as necessidades. Durkheim, em “Da Divisão Social do Trabalho” nos diz que os grupos associativos exerciam “um poder moral capaz de conter no coração dos trabalhadores um sentimento mais vivo de sua solidariedade comum, de impedir que a lei do mais forte se aplicasse de maneira tão brutal nas relações industriais e comerciais.”

Os ideais e ações dos pensadores sociais dos séculos XVIII e XIX permanecem e são prenes de contemporaneidade. Saint-Simon, um dos mentores do Socialismo Utópico, esboçou a visão de um sistema industrial cujo objetivo seria buscar o melhor bem-estar para as classes trabalhadoras, unidas em associações. Para ele, o Estado deveria assegurar a redistribuição eqüitativa das riquezas. Não seria isto, uma miragem que alimenta mentes e corações dos movimentos sociais da Economia Solidária e de uma recente institucionalidade denominada SENAES?

Já que estamos no mundo do socialismo possível, seria uma comparação descabida relacionarmos o Falanstério de Fourier com os Centros Públicos de Economia Solidária, uma cooperação ativa entre os movimentos da Economia Solidária e os arranjos institucionais do Governo que começam a se estruturar?

E o que falar de Pierre Proudhon, pensador anarquista que era reticente quanto à intervenção estatal nas relações sociais de trabalho e a favor do estabelecimento de um sistema de círculos de ajuda mútua no qual o dinheiro deveria ser substituído por “certificados de circulação”, onde as

sociedades trocavam serviços? Teria sido Proudhon, o precursor das práticas atuais das moedas sociais e dos clubes de troca?

Por fim, as ações de fomento e desenvolvimento do cooperativismo e da autogestão, tão a gosto das atuais políticas governamentais não estariam lastreadas no vigoroso pensamento socialista de Robert Owen? Não teria sido ele um dos precursores da polêmica “responsabilidade social” contemporânea?

Numa perspectiva de análise mais recente, não poderíamos deixar de mencionar o grande pensador Karl Polanyi, autor de “A Grande Transformação”, obra onde ele argumenta que a invenção do mercado foi astúcia no século XIX, pois, anteriormente, os grupos sociais praticavam formas de trocas não respaldadas na produção para acumulação, mas ancoradas em outros valores não monetários.

Haveria alguma relação teórica explicativa entre o capitalismo insaciável e a tragédia causada no meio ambiente que nos remeta à premente necessidade de reformas nas relações sociais de produção orientadas pelos princípios da Economia solidária?

É possível que sim. Em “O Mito do Desenvolvimento Econômico”, Celso Furtado adverte que é improvável que todas as nações pratiquem um nível desenfreado de crescimento econômico baseado em padrões consumistas, de vez que, caso isso ocorresse, a pressão sobre os recursos naturais seria de tal ordem que o sistema ambiental entraria em colapso. Esta predição nos leva a concluir, mais uma vez, que “Uma outra economia é necessária e possível”.

Parece contraditório concluir esta breve trajetória teórica sobre Economia Solidária retomando o mentor do pensamento atual que dá vida ao capitalismo contemporâneo. Falamos de Schumpeter, que a despeito de sua destruição criadora e da função messiânica do empresário inovador que desconstrói, vez ou outra o fluxo circular produtivo, naquela que foi uma de suas últimas obras (“Capitalismo, Socialismo e Democracia”), previu o

colapso do capitalismo e pronunciou que o socialismo seria o sistema econômico do futuro. Estaria ele, também, prognosticando que “Uma outra economia é possível?”

Depois deste sumário mapeamento teórico sobre Economia Solidária ou Economia Social, ou Economia da Cooperação, ou da Socioeconomia Solidária ou ainda, Economia Popular Solidária, é chegada a hora de lançarmos algumas idéias acerca das ações de fomento a ela destinada, entendendo como uma estratégia de desenvolvimento das relações solidárias de trabalho.

Vamos itemizá-las, para efeitos didáticos:

- É admirável, no nosso entender, a evolução do diálogo entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES e o movimento social da Economia Solidária ao longo de três anos e seis meses do atual governo, convertidos em dezenas de programas e projetos concretos. É uma obra em construção. E, como todos que constroem, é olhando para o que já foi feito e está inacabado que teremos mais ânimo para avançarmos nesta construção;
- Presumimos que, a despeito do hercúleo esforço da SENAES para viabilizar o Atlas da Economia Solidária no Brasil, temos que entendê-lo como uma primeira aproximação, um retrato em preto e branco do que é, de fato, o tamanho e a expressão da Economia Solidária. Não existem apenas 15 mil empreendimentos de Economia Solidária no Brasil. Precisamos afinar os instrumentos de investigação para cobrirmos os 5.564 municípios do Brasil. Devemos, entretanto, considerar o grande avanço do Atlas pelo fato de permitir, mediante expressiva representatividade amostral do mapeamento realizado a revelação de interessantes variáveis pesquisadas.

- Se o mapeamento da Economia Solidária no Brasil indicou que a motivação da criação dos empreendimentos mais incidente foi “alternativa ao desemprego”, isto nos conduz à idéia de que o diminuto orçamento da SENAES seja ampliado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Aliás, o fato de quase 1,3 milhão de trabalhadores (provavelmente dados subestimados) estarem vinculados a empreendimentos solidários, justifica a inclusão deste segmento nas políticas gerais dos poderes públicos e até de instituições do terceiro setor.
- Não podemos nos conformar com a concepção e o ritmo do atual modelo de acumulação flexível, cada vez mais exigente em termos de inclusão produtiva. Há uma naturalização generalizada de que o atual modelo globalizado é excludente em termos de absorção de mão-de-obra. Não podemos capitular diante desta alegativa e nem nos acostumar com estas idéias. Isto tem gerado um exército de seres humanos socialmente mortos. É o predomínio da seleção natural. Este quadro nos aponta para o imperativo de políticas públicas consistentes, destinadas à economia solidária, para se contrapor à economia que cresce e não gera empregos.
- Da mesma forma que alguns segmentos do movimento social lutaram para tornar o microcrédito uma política nacional, com a adoção de um marco legal, é preciso, igualmente, agilizar o processo de constituição de um marco legal para os fundos solidários, as moedas sociais e outras formas de financiamento a empreendimentos solidários que possam conviver, de forma diferenciada, dentro do sistema financeiro nacional. Os bancos públicos de desenvolvimento regional poderão contribuir sobremaneira para a discussão e

operacionalização e fortalecimento dos diversos fundos solidários espalhados pelo País.

- O maior acerto das políticas públicas de inclusão produtiva passa, obrigatoriamente, pela interface das ações de apoio à Economia Solidária, pelo desenvolvimento de instrumentos de finanças solidárias na direção do Desenvolvimento Local, integrado e sustentável. Potencializaremos resultados se articularmos estas ações nas searas institucionais do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério do Desenvolvimento Social e do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Cada vez mais, graças aos movimentos sociais da Economia Solidária, vetores de vanguarda no conjunto dos atores, as redes de cooperação solidárias na América latina se multiplicam como expressão da integração socioeconômica do continente latino-americano. Este é um campo fundamental para futuros avanços. Temos muito que aprender com os ideais e o entusiasmo bolivarianos dos nossos vizinhos da Venezuela.
- Por fim, já está na hora de os brados dos movimentos sociais em torno da Economia Solidária se constituírem um elemento decisivo e fundante de um futuro Ministério da Economia Popular, instância política e operacional para aumentar a nossa crença de que “Uma outra economia é possível no Brasil”.

* O autor é economista, professor universitário, doutorando em Sociologia do Desenvolvimento e Consultor do BNB.

